

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DE UMA
EMPRESA COM A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES
ECONÔMICO-FINANCEIROS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

Mateus de Albuquerque Jacques

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DE UMA EMPRESA COM A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Mateus de Albuquerque Jacques

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Orientador: Prof. Ms. Sergio Rossi Madruga

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o
Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis**

**ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DE UMA EMPRESA COM A
UTILIZAÇÃO DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS**

elaborado por
Mateus de Albuquerque Jacques

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

COMISSÃO EXAMINADORA:

Sergio Rossi Madruga, Ms.
(Presidente/Orientador)

Fernando do Nascimento Lock, Dr. (UFSM)

Gilberto Brondani, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 31 de janeiro de 2013.

DEUS é o nosso refúgio e fortaleza, socorro
bem presente na angústia (SALMOS, 46: 1).

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DE UMA EMPRESA COM A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

AUTOR: MATEUS DE ALBUQUERQUE JACQUES

ORIENTADOR: PROF. MS. SERGIO ROSSI MADRUGA

Santa Maria, 31 de janeiro de 2013.

Este trabalho busca analisar a situação financeira de uma empresa com utilização de indicadores econômico-financeiros, com a finalidade de contribuir com suporte à luz da ciência, para garantir o desenvolvimento da instituição através da geração sustentada de lucros, a partir da evolução nas tomadas de decisões por parte dos gestores proporcionada por uma melhor visualização do perfil de desempenho econômico-financeiro da companhia. Objetiva-se levantar as demonstrações financeiras da empresa do período de quatro anos, determinar os indicadores econômico-financeiros, analisar os índices e indicadores calculados e apresentar informações e sugestões, se possível, quanto ao desempenho da empresa no período estudado visando manter o equilíbrio econômico-financeiro. Metodologicamente o presente trabalho classifica-se como estudo de caso, quanto aos objetivos define-se como descritivo, tem abordagem quantitativa e é considerada uma pesquisa documental, pois analisa e interpreta os demonstrativos contábeis da empresa Xadrez Ltda.. O levantamento bibliográfico e a análise dos dados da pesquisa permitiram observar as variações do desempenho econômico-financeiro da companhia. Ocorreu aumento significativo no endividamento a partir de 2010, o que proporcionou alterações drásticas na estrutura patrimonial e conseqüentemente na liquidez da empresa, que passou a ser menor. Em relação às taxas de retorno e às margens de lucratividade das vendas, observa-se que as mesmas representam queda de desempenho e, com exceção da margem bruta, ao considerar os períodos extremos, os índices são negativos refletindo a ocorrência de prejuízos. Verificou-se a existência de valores elevados dos custos e despesas relacionados às receitas, assim como autuações tributárias sofridas e contratações de empréstimos e financiamentos em momento talvez não propício. Esses fatores em conjunto interferiram negativamente na saúde econômico-financeira da companhia.

Palavras-chave: Índices Econômico-financeiros. Análise Financeira. Análise de Balanços.

ABSTRACT

Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria

ANALYSIS OF FINANCIAL CONDITION OF A COMPANY WITH THE USE OF FINANCIL INDICATORS

AUTHOR: MATEUS DE ALBUQUERQUE JACQUES

ADVISOR: PROF. MS. SERGIO ROSSI MADRUGA

Santa Maria, January 31, 2013.

This research seeks to analyze the financial situation of a company using financial indicators, in order to contribute to support the light of science, to ensure the development of the institution by generating sustained profits. From the evolution of decision-making by managers provided a better view of the profile of the financial performance of the company. It aims to raise the company's financial statements for the period of four years, to determine the economic and financial indicators, to analyze indexes and indicators calculated and present information and suggestions, if possible, about the company's performance during the study period to maintain the economic balance. Methodologically, this study is classified as a case study, about the objectives, they are defined as descriptive with quantitative approach and it is considered a documentary research, because it analyzes and interprets the financial statements of the Chess Ltda Company. The literature review and analysis of the survey data allowed to observe the changes in the financial performance of the company. A significant increase in debt occurred from 2010, which led to drastic changes in the ownership structure and hence in the liquidity of the company, which became smaller. About the rates of return and profit margins on sales, it is observed that they represent performance drop and, except gross margin, considering the extreme periods, the indexes are negative reflecting the occurrence of damage. It was found that there are high levels of costs and expenses related to revenue, as tax filings and suffered signings loans in a bad time. These factors together interfered negatively in economic and financial health of the company.

Keywords: Economic and financial indices. Financial Analysis. Balances' Analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Índices de desempenho econômico-financeiro.....	22
Figura 1 – Modelo conceitual da pesquisa	38
Quadro 2 – Índices de estrutura patrimonial	40
Quadro 3 – Índices de solvência.....	42
Quadro 4 – Índice de cobertura	44
Quadro 5 – Margens de lucratividade das vendas	45
Quadro 6 – Taxas de retorno	46

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Índices de desempenho econômico-financeiro	54
--	-----------

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Balanço Patrimonial 2008 e 2009	56
Anexo B – Balanço Patrimonial 2010 e 2011.....	57
Anexo C – DRE 2008 e 2009	58
Anexo D – DRE 2010 e 2011	59

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos do estudo	11
1.1.1 Objetivo geral	12
1.1.2 Objetivos específicos	12
1.2 Justificativa do estudo	12
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1 Contabilidade	14
2.2 Demonstrações financeiras	16
2.2.1 Balanço Patrimonial (BP)	16
2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	17
2.2.3 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)	18
2.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	18
2.2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	19
2.2.6 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	19
2.3 Análise de demonstrações financeiras	20
2.4 Índices de desempenho econômico-financeiro	21
2.4.1 Índices da situação financeira	23
2.4.1.1 Índices de estrutura patrimonial	23
2.4.1.2 Índices de solvência	26
2.4.1.3 Índice de cobertura	29
2.4.2 Índices da situação econômica	29
2.4.2.1 Margens de lucratividade das vendas	30
2.4.2.2 Taxas de retorno	34
3 METODOLOGIA	37
3.1 Definições Operacionais	39
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	40
4.1 Índices de estrutura patrimonial	40
4.2 Índices de solvência	42
4.3 Índice de cobertura	44
4.4 Margens de Lucratividade das vendas	44
4.5 Taxas de retorno	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICES	53
ANEXOS	55

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, com os avanços da tecnologia da informação e a globalização, as empresas tem se deparado com um mercado acirrado pela competitividade, fazendo com que tenham a preocupação crescente de se diferenciar dos concorrentes. Dessa forma, a avaliação de desempenho empresarial vem sendo considerada como imprescindível para que as organizações se mantenham competitivas.

Vive-se em um mundo capitalista, onde a economia tem como elemento central o capital, que é investido no processo produtivo com o objetivo de gerar resultados positivos. Nesse contexto os demonstrativos financeiros abrangem todas as operações realizadas pelas empresas até um determinado momento, representadas em moeda e de acordo com padrões contábeis estabelecidos. Deste modo é possível extrair e analisar um grande número de informações que possibilitam a realização de diagnósticos das instituições.

Segundo Matarazzo (2003), ao se recorrer a história, percebe-se que a necessidade de analisar demonstrações contábeis e financeiras é tão antiga quanto à própria contabilidade, pois desde a segunda metade do século passado, banqueiros já demonstravam interesse em analisar e interpretar as informações contábeis, pelo que foram uns dos responsáveis pela popularização da análise de balanços através dos quocientes.

Neste contexto, a técnica de análise das demonstrações contábeis é uma forma de avaliar o desempenho econômico-financeiro, com o objetivo de apresentar aos gestores das organizações informações que auxiliem no processo de tomada de decisão, considerando os diversos demonstrativos contábeis como fonte de dados, que são compilados em índices, cuja análise histórica possibilita identificar a evolução do desempenho econômico e financeiro das empresas.

Neste sentido, a análise financeira, que consiste no tema do presente trabalho, desempenha o papel de avaliar ou estudar a viabilidade, estabilidade e lucratividade das instituições. Congloma um conjunto de instrumentos e métodos que possibilitam diagnosticar a situação financeira de uma empresa, assim como prognosticar seu desempenho futuro. Dessa maneira, para a verificação da situação econômico-financeira de uma empresa pelo analista, o uso de indicadores é uma das principais ferramentas que facilitarão a comparação e a análise.

Deste modo, a determinação dos índices constitui a técnica de análise mais empregada, representando a delimitação do tema em estudo. Onde índices são valores resultantes da

relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações, existem vários índices que são amplamente aplicados com a função de fornecer uma visão da situação econômica ou financeira da empresa.

No decorrer da pesquisa serão abordados os principais indicadores econômico-financeiros, por intermédio de uma pesquisa com o intuito de buscar a resolução de problemas melhorando as práticas por meio da análise e descrições objetivas.

As atividades empresariais geralmente demandam recursos financeiros e ordinariamente destinam-se à obtenção de lucros. No entanto nem sempre são alcançados bons resultados, e muitas das vezes os gestores não entendem o motivo para tal. Dessa maneira se faz necessário um acompanhamento dos fatos ocorridos, demonstrados nos relatórios contábeis e financeiros, e o que isso representa à saúde financeira das instituições.

As dificuldades financeiras passam a existir a partir da falta de conhecimento da situação econômico-financeira da organização e de decisões equivocadas imputadas ao processo de gestão. Essas dificuldades, não são, evidentemente, circunstâncias almejadas por nenhuma empresa, mas são decorrentes do gerenciamento inadequado das atividades operacionais. Nessa pesquisa o objeto de estudo de caso é a empresa Xadrez Ltda.¹, que atua no ramo industrial, localiza-se em Santa Maria-RS, possui 40 funcionários e fatura em média 700 mil reais mensais. A referida empresa apresenta um desempenho inferior em relação ao esperado, neste sentido começam as interrogações sobre a situação da empresa no que tange a sua liquidez, eficiência e rentabilidade, assim tem-se como problema de pesquisa analisar: Quais as variações do desempenho econômico-financeiro da empresa estudada no período de 2008 a 2011?

1.1 Objetivos do estudo

Para investigar esta problemática, é necessário ter desígnios claros e precisos, assim para o presente trabalho estabeleceu-se o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearam a realização da pesquisa.

Supõe-se que a análise comparativa proporcionada pela utilização de indicadores econômico-financeiros possibilita uma melhor compreensão da evolução ou involução da situação da instituição.

¹ Nome fictício a fim de preservar e ocultar a identidade do participante da pesquisa.

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral do presente estudo consiste em analisar o desempenho empresarial de uma organização por intermédio do cálculo de um conjunto de diferentes índices econômico-financeiros.

1.1.2 Objetivos específicos

Desta forma para nortear o caminho a ser tomado, na elaboração, análise e interpretação dos dados obtidos, o presente trabalho possui quatro objetivos específicos, os quais são:

- a) Levantar as demonstrações financeiras da empresa do período de quatro anos, de 2008 a 2011;
- b) Determinar os indicadores econômico-financeiros da empresa objeto de estudo;
- c) Analisar os índices e indicadores calculados, com o desígnio de verificar a situação da empresa nos diversos períodos;
- d) Apresentar informações quanto ao desempenho financeiro da empresa no período estudado e sugestões baseadas nestas informações.

1.2 Justificativa do estudo

Este trabalho busca analisar o desempenho econômico e financeiro da empresa Xadrez Ltda., dos períodos abrangidos pelos demonstrativos disponibilizados, compreendendo o ano de 2008, 2009, 2010 e 2011, a fim de contribuir com suporte a luz da ciência, para garantir o desenvolvimento da empresa através da geração sustentada de lucros.

O presente estudo proporcionará a demonstração de um novo instrumento, ainda não utilizado pelos gestores, que apoiará o processo decisório e evidenciará a relação existente entre a teoria acadêmica e a prática operacional.

Portanto, se justifica pela importância da análise global dos indicadores, por permitirem uma evolução nas tomadas de decisões por parte dos gestores da empresa referida, proporcionando uma visualização do perfil de desempenho econômico-financeiro, dos aspectos em que o desempenho está comprometido e de onde devem ser implementadas medidas corretivas.

No decorrer da pesquisa serão abordados, calculados e analisados os índices da situação financeira, que compreendem os índices de estrutura patrimonial, índices de

solvência e índices de cobertura. Assim como os índices da situação econômica que compreendem as margens de lucratividade das vendas e as taxas de retorno da empresa objeto de estudo.

Desta maneira, o trabalho está dividido em cinco capítulos tratando respectivamente de: Introdução; Revisão Bibliográfica (Contabilidade; Demonstrações financeiras; Análise de demonstrações financeiras; Índices de desempenho econômico-financeiro); Metodologia; Análise dos Resultados; e das Considerações Finais onde o autor manifesta-se a respeito das suas observações.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

De acordo com Sá (1997) antes que o homem soubesse escrever e calcular já existia manifestações do pensamento contábil por intermédio das contas primitivas, pinturas e gravações que identificavam objetos e a quantidade destes objetos como meios patrimoniais.

Em pinturas líticas, em gravações em ossos de rena, foram encontrados muitos registros que identificam o elemento patrimonial (geralmente animais), constituindo-se algumas de desenhos e de traços identificadores de quantidades e outras apenas de sulcos ou traços, sem a identificação do objeto (SÁ, 1997, p. 20).

Dessa maneira, admite-se que há cerca de 20.000 anos, o homem já registrava os fatos da riqueza em contas, embora que de forma primitiva. Os anos passaram, e o pensamento contábil evoluiu até chegar ao que conhecemos hoje por ciência contábil.

2.1 Contabilidade

A contabilidade é uma ciência social que demonstra, com maior aproximação possível, a realidade contábil e financeira das empresas. Ela possibilita estudar, controlar e interpretar os acontecimentos ocorridos no patrimônio das entidades, fornecendo assim, importantes subsídios para a orientação e tomadas de decisões pela alta administração.

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões (MARION, 2009, p. 25).

Complementando, Ribeiro (2010) articula que contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

Assim, o objeto da contabilidade é o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Onde o patrimônio é considerado um conjunto de bens, direitos e obrigações de uma pessoa física ou jurídica, avaliado em moeda.

Quanto à finalidade da contabilidade, é descrito o seguinte:

O objetivo da contabilidade é o estudo e o controle do patrimônio e de suas variações visando ao fornecimento de informações que sejam úteis para a tomada de decisões econômicas. Dentre as informações destacam-se aquelas de natureza

econômica e financeira. As de natureza econômica compreendem, principalmente, os fluxos de receitas e de despesas, que geram lucros ou prejuízos, e são responsáveis pelas variações no patrimônio líquido. As de natureza financeira abrangem principalmente os fluxos de caixa e do capital de giro (RIBEIRO, 2010, p. 4).

Segundo Marion (2009) a Contabilidade surgiu basicamente da necessidade de donos de patrimônio que desejavam mensurar, acompanhar a variação e controlar suas riquezas. Daí poder-se afirmar que a Contabilidade surgiu em função de um usuário específico, o homem proprietário de patrimônio, que, de posse das informações contábeis, passa a conhecer melhor sua “saúde” econômico-financeira, tendo dados para propiciar tomada de decisões mais adequadas.

Nesse sentido, os usuários das informações contábeis compreendem todas as pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham interesse na avaliação da situação e do desenvolvimento da entidade, como titulares, sócios ou acionistas, administradores, governo, fornecedores, clientes, investidores, bancos entre outros.

De acordo com Marion (2009) a Contabilidade pode ser dividida em Contabilidade Financeira, Contabilidade de Custos e Contabilidade Gerencial. Onde a Contabilidade Financeira é a contabilidade geral, necessária a todas as empresas. Fornece informações básicas a seus usuários e é obrigatória para fins fiscais. Enquanto a Contabilidade de Custos está voltada para o cálculo e a interpretação dos custos dos bens fabricados ou comercializados, ou dos serviços prestados pela empresa. E a Contabilidade Gerencial, voltada para fins internos, procura suprir os gerentes de um elenco maior de informações, exclusivamente para a tomada de decisões.

Nesse contexto, Ribeiro (2010) profere que existem inúmeras técnicas utilizadas pela contabilidade: a escrituração consiste no registro, em livros próprios, de todos os fatos administrativos, bem como dos atos administrativos relevantes que ocorrem no dia a dia das empresas; as demonstrações contábeis são os relatórios técnicos que apresentam dados extraídos dos registros contábeis da empresa; a auditoria é a verificação da exatidão dos dados contidos nas demonstrações contábeis, através do exame minucioso dos registros de contabilidade e dos documentos que deram origem a eles; a análise de balanços compreende o exame e a interpretação dos dados contidos nas demonstrações contábeis; a consolidação de balanços corresponde à unificação das demonstrações contábeis da empresa controladora e de suas controladas; entre outras técnicas.

2.2 Demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis denominadas pela Lei nº 6.404/1976 por demonstrações financeiras compreendem relatórios elaborados com base na escrituração mercantil mantida pelas empresas, com a finalidade de apresentar informações aos diversos usuários, principalmente de natureza econômica e financeira, relativa à gestão do patrimônio ocorrida durante um exercício social.

Neste sentido, o Conselho Federal de Contabilidade conceitua as demonstrações por intermédio da Norma Brasileira de Contabilidade (NBCT) 3.1, da seguinte maneira: “As demonstrações contábeis (inclusive as denominadas financeiras na legislação) são as extraídas dos livros, registros e documentos que compõem o sistema contábil de qualquer tipo de Entidade”.

Ainda, conforme a NBCT 3.1, as demonstrações contábeis deverão ser elaboradas com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e especificar sua natureza, data e/ou período e a empresa a que se referem.

Complementando, a Lei 6.404/1976, no seu artigo 176, determina que ao final de cada exercício social, a diretoria elabore, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- a) Balanço Patrimonial (BP);
- b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- c) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA);
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- f) Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

É válido salientar que a referida lei dispensa as companhias da obrigatoriedade de elaborar a DLPA, desde que elaborem a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), sendo a elaboração da DVA obrigatória para as sociedades anônimas de capital aberto, e a companhia fechada com Patrimônio Líquido, na data do Balanço, inferior a dois milhões de reais, está dispensada da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa (DFC).

2.2.1 Balanço Patrimonial (BP)

Segundo Ribeiro (2010) Balanço Patrimonial é a demonstração financeira (contábil) destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição

patrimonial e financeira da empresa. Ele deve compreender todos os bens e direitos, tanto tangíveis (materiais) como intangíveis (imateriais), as obrigações e o Patrimônio Líquido da empresa, levantados a partir dos resultados contábeis no seu livro Razão.

O Balanço Patrimonial é composto por duas partes: Ativo e Passivo. O lado direito do Balanço Patrimonial, composto por obrigações e Patrimônio Líquido, revela a origem dos recursos totais que a empresa tem à sua disposição e que estão aplicados no patrimônio. Por sua vez, o Ativo revela a aplicação desses recursos totais, isto é, mostra onde a empresa investiu todo o capital, próprio e de terceiros, que tem a sua disposição.

Conforme Ribeiro (2010), no Ativo, as contas representativas dos bens e dos direitos serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, em dois grandes grupos: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante. Enquanto que no Passivo, as contas representativas de obrigações devem ser classificadas observando-se a ordem decrescente do grau de exigibilidade dos elementos nelas registrados, em dois grandes grupos: Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.

Entende-se grau de liquidez como o maior ou menor prazo no qual bens e direitos podem ser transformados em dinheiro e grau de exigibilidade como o maior ou menor prazo em que a obrigação deve ser paga.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Segundo Ribeiro (2010) a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um relatório contábil destinado a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operação da empresa. Essa demonstração, observando o princípio da competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados, mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas.

Complementando Arnaldo Reis (2003) enfatiza que esse demonstrativo mostra, em sequência lógica e ordenada, todos os fatores que influenciaram, para mais ou para menos, o resultado do período, tornando-se, assim, valioso instrumento de análise econômico-financeira e preciosa fonte de informações para tomada de decisões administrativas.

Ela é composta por contas de resultado e também por contas patrimoniais. As contas de resultado que integram a DRE são todas aquelas que representam as despesas e os custos incorridos, bem como as receitas realizadas em um determinado período. Enquanto as contas patrimoniais que integram a DRE são aquelas representativas das deduções e das participações no resultado.

A DRE, portanto, é uma demonstração contábil que evidencia o resultado econômico, isto é, o lucro ou o prejuízo apurado pela empresa no desenvolvimento das suas atividades durante um determinado período que geralmente é igual a um ano. Todavia, para fins gerenciais, as empresas costumam preparar mensalmente a demonstração do resultado do último mês e acumulado do exercício.

2.2.3 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

Conforme Ribeiro (2010, p. 412) “a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) é um relatório contábil que tem por finalidade evidenciar a destinação do lucro líquido apurado no final de cada exercício social”.

Ribeiro (2010) enfatiza que com o advento da Lei nº 11.638/2007, deu-se nova redação à alínea *d* do § 2º do artigo 178 da Lei nº 6.404/1976, excluído-se do Patrimônio Líquido a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, antes disso a DLPA era utilizada para evidenciar as mutações ocorridas nessa extinta conta.

Assim, atualmente, todo o lucro líquido apurado no final de cada exercício social deve ser destinado à compensação de prejuízo, à constituição de reservas etc.

Portanto, para elaborar a DLPA, basta coletar dados diretamente do Livro Razão das contas envolvidas, no demais deve ser estruturada observando-se a disciplina contida no artigo 186 da Lei nº 6.404/1976, discriminando: o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores, as reversões de reservas, o lucro líquido do exercício, as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

2.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Segundo a NBCT 3.5 a Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é um relatório contábil que visa a evidenciar as variações ocorridas em todas as contas que compõem o Patrimônio Líquido em um determinado período. Os dados para elaboração dessa demonstração são extraídos do livro Razão, bastando, portanto, consultar a movimentação ocorrida, durante o exercício, em cada uma das contas do Patrimônio Líquido.

De acordo com Ribeiro (2010) convencionalmente, as empresas têm elaborado a DMPL em um gráfico com colunas, sendo destinada uma coluna para cada conta integrante do Patrimônio Líquido, observando-se que a primeira coluna é reservada para a descrição da

natureza das transações que provocaram as mutações, e a última coluna é utilizada para os totais.

A DMPL conterà, ainda, tantas linhas quantas forem as transações ocorridas e que mereçam ser evidenciadas em relação à movimentação de cada conta, sendo que na primeira linha serão transcritos os saldo iniciais de cada conta e, na última linha, os respectivos saldos finais.

2.2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Conforme Ribeiro (2010, p. 418) “a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um relatório contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocaram modificações no saldo da conta Caixa”.

Trata-se de uma demonstração sintetizada dos fatos administrativos que envolvem os fluxos de dinheiro ocorridos durante um determinado período, devidamente registrados a débito (entradas) e a crédito (saídas) da conta Caixa. Para elaboração da DFC os dados são coletados dos Balanços do exercício (atual e anterior) e da DRE do exercício atual.

Complementando Assaf Neto (2010) afirma que para fins da DFC, o conceito de caixa engloba todas as disponibilidades da empresa existentes nas contas: Caixa (dinheiro em poder da própria empresa); Bancos conta Movimento (dinheiro da empresa em poder de estabelecimentos bancários, depositados em contas correntes) e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (dinheiro da empresa investido em aplicações de altíssima liquidez). Essas três contas integram o grupo das Disponibilidades no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

2.2.6 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Segundo Ribeiro (2010) a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um relatório contábil que evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, e o quanto e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, Governo, acionistas, financiadores de capital), bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Desse modo, a DVA tem por finalidade demonstrar a origem da riqueza gerada pela empresa, e como essa riqueza foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para sua geração. Para elaborar a DVA deve-se coletar dados diretamente

do livro Razão, das contas que representam as despesas, os custos e as receitas, observando-se o Princípio da Competência.

Complementando, Neves e Viceconti (2004) afirmam que no Brasil, embora seja incipiente a sua utilização e divulgação, ela costuma ser inserida por um grupo seletivo de empresas como informações adicionais nos Relatórios de Administração ou como Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras.

2.3 Análise de demonstrações financeiras

O sucesso das instituições está relacionado diretamente a um bom controle gerencial, o que há tempos atrás não exigia grandes atenções. Todavia, com a abertura de mercados e o aumento da competitividade, decorrentes da globalização da economia, tornou-se um instrumento imprescindível e de suma importância.

Neste contexto, a análise de demonstrações financeiras apresenta-se como uma ferramenta de grande importância, pois possibilita o controle das empresas ao fornecer informações da situação financeira e econômica.

Assim, a análise consiste em um método de preparação de dados estatísticos, visando a sua interpretação. De acordo com Neves e Viceconti (2004, p. 453) análise de balanços é um “estudo da situação patrimonial da entidade, através da decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações contábeis, visando obter informações analíticas e precisas sobre a situação geral da empresa”.

Por intermédio da comparação dos valores constantes dos demonstrativos contábeis, procura-se analisar de forma estática e dinâmica a situação da empresa, de dois ângulos: situação econômica e situação financeira.

Neves e Viceconti (2004) afirmam que o objetivo da análise das demonstrações financeiras consiste em fornecer informações numéricas de dois ou mais períodos, de modo a auxiliar ou instrumentar acionistas, administradores, fornecedores, clientes, governo, instituições financeiras, investidores e outras pessoas físicas ou jurídicas interessadas em conhecer a situação da empresa ou para tomar decisões.

Citam-se alguns tipos de análises: análise de estrutura, vertical ou de composição; análise de evolução, horizontal ou de crescimento; análise por diferenças absolutas; e análise de quocientes ou índices de desempenho econômico-financeiro, que representa o foco do presente trabalho, no que tange a estrutura patrimonial, solvência, cobertura, lucratividade e retorno.

2.4 Índices de desempenho econômico-financeiro

Os índices desempenham o papel de medir os diversos aspectos econômicos e financeiros das empresas. Matarazzo (2003) afirma que um índice é como uma luminária acessa num ambiente escuro, referindo-se aos índices como instrumento esclarecedor quanto à situação das entidades.

Segundo Franco (1980, p. 155) “quociente² é o resultado da comparação entre dois componentes do conjunto. Não se confunde, pois, com coeficiente, que é a percentagem de um componente em relação ao conjunto”.

Quocientes Patrimoniais são aqueles calculados com relação à situação estática do patrimônio (balanço patrimonial). Os calculados sobre a situação dinâmica do patrimônio (demonstração do resultado do exercício) são os quocientes de variações patrimoniais (FRANCO, 1980, p. 155).

Para Braga (1995, p. 150) “Existem diversos índices largamente aplicados nos meios profissionais que se destinam a averiguação de aspectos relacionados com a liquidez da empresa, a eficiência no uso de seus recursos, sua rentabilidade e a de seus acionistas”.

Complementando, existe diferença entre indicador e índice de modo que:

[...] indicador de análise financeira representa, de forma genérica uma relação entre duas ou mais contas dos demonstrativos financeiros, enquanto o índice de análise financeira refere-se ao valor numérico para um indicador em determinado período de análise, para o intervalo coberto pelo analista (MATIAS, 2009, p. 188).

Para que seja alcançada uma boa avaliação através dos índices deve-se em primeiro momento calcular um conjunto de diversificados índices, uma vez que dispendo de um único índice, não é possível ter uma visão ampla da realidade. Depois de reunidos diversos índices de uma mesma posição, é necessário compará-los com os índices de outros períodos. Assim se torna possível avaliar e analisar o comportamento da empresa representado por cada índice se foi aceitável ou não.

Em relação à quantidade de índices suficientes para respaldar uma boa análise, Braga (1995, p. 153) diz que “com uma dúzia de índices pode-se fazer um bom diagnóstico sobre a situação econômico-financeira de empresa”. Nesse sentido, Matarazzo (2003, p. 149) afirma que “a análise de empresas industriais e comerciais através de índices tradicionais deve ter, no mínimo, 4, e não é preciso estender-se além de 11 índices”. Entretanto, Santos e Barros (2005,

² Terminologia usada por alguns autores como sinônimo de índice.

p. 167), observam que “não existe um número exato de quocientes que reflita uma boa análise”.

Dessa maneira, percebe-se que a quantidade de índices ou quocientes a serem calculados é relativa, pois ela dependerá da necessidade das pessoas interessadas nas informações e também da profundidade com que se almeja executar o trabalho. Exemplificando, na condição de fornecedores de créditos, os bancos geralmente analisam os quocientes de endividamento e de liquidez, enquanto os investidores normalmente voltam-se para os quocientes de retorno de capital e rentabilidade.

Assim, percebe-se a importância da avaliação, cálculo e interpretação de um conjunto de índices. Schrickel (1997) faz uma analogia ao comparar a utilização dos quocientes a aprender a jogar xadrez. Ele menciona que não é muito difícil aprender a mexer as peças sobre o tabuleiro, o problema consiste em aplicar o xeque-mate no jogo. Similarmente, o que importa na análise de balanços é a interpretação. O que, afinal, informam os quocientes? Qual é a opinião, o parecer final, do analista?

Os índices ou quocientes são divididos nos que demonstram aspectos da situação financeira e nos que demonstram aspectos da situação econômica, eles estão demonstrados no Quadro 1.

ÍNDICES DE DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO		
Índices da situação financeira	Índices de estrutura patrimonial	Participação de capital de terceiros Composição do endividamento Endividamento geral Imobilização de capital próprio Imobilização dos recursos permanentes
	Índices de solvência	Liquidez geral Liquidez corrente Liquidez seca Liquidez imediata
	Índice de cobertura	
Índices da situação econômica	Margem de lucratividade das vendas	Margem bruta Margem operacional Margem líquida Mark-up global
	Taxas de retorno	Retorno sobre ativo operacional Retorno sobre o investimento total (ROI) Retorno sobre o capital próprio (ROE)

Quadro 1 – Índices de desempenho econômico-financeiro

2.4.1 Índices da situação financeira

A situação financeira de uma empresa compreende à sua capacidade de cumprir com suas obrigações.

A situação financeira costuma ser avaliada através de certas inter-relações entre elementos patrimoniais que medem o grau de endividamento, a adequação entre as fontes de recursos e os ativos por elas financiados e a capacidade de solvência da empresa. Essas medidas são obtidas com os *índices de estrutura patrimonial* e os *índices de solvência*. Complementando esses indicadores, temos os *índices de cobertura*, que medem relações entre os recursos gerados pelas atividades operacionais e os encargos financeiros e outros compromissos fixos (BRAGA, 1995, p. 153).

Em complemento menciona-se o seguinte:

A técnica de análise financeira por quocientes é um dos mais importantes desenvolvimentos da Contabilidade, pois é muito mais indicado comparar, digamos, o ativo corrente com o passivo corrente do que simplesmente analisar cada um dos elementos individualmente (IUDÍCIBUS, 2008, p. 89).

O estudo da situação financeira da empresa proporciona aos investidores atuais ou potenciais, aos credores e outros usuários: tomar decisões de crédito e sobre investimento; conhecer as perspectivas do fluxo de caixa; obter informações sobre os recursos da empresa, eventuais bloqueios ou restrições sobre os mesmos e as respectivas alterações; obter informações sobre os ativos, passivos e o capital social; obter informações sobre o desempenho e lucratividade da empresa; avaliar a solvência, a estrutura patrimonial; avaliar o desempenho e qualidade da administração; e explicar e interpretar as informações financeiras.

2.4.1.1 Índices de estrutura patrimonial

Contabilmente, patrimônio compreende o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade, avaliados em moeda. O conjugado de bens e direitos compõe o ativo das empresas, enquanto as obrigações, o passivo.

O ativo pode ser financiado por capitais próprios e/ou de terceiros. Os índices de estrutura patrimonial revelam a percentualidade do financiamento do ativo da empresa. Quanto menores esses índices, melhor para a instituição.

[...] uma empresa certamente não estará com uma situação financeira confortável se apresentar elevada participação de recursos de terceiros em relação ao capital próprio e ao ativo total, com predominância de dívidas a curto prazo nas

exigibilidades totais, e com elevada imobilização dos seus recursos permanentes (BRAGA, 1995, p. 155).

O índice Participação de capital de terceiros indica qual a relação entre capitais de terceiros (Passivo Circulante mais Passivo Não Circulante) e o Capital Próprio (Patrimônio Líquido) utilizado pela empresa. Para Braga (1995, p. 155) “um índice superior a 100% (ou maior do que 1,0) evidencia desequilíbrio entre essas duas grandes fontes de financiamento do ativo”. Matarazzo (2003, p. 152) apresenta a seguinte fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Participação de capital de terceiros} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

De acordo com o mesmo autor:

O índice de participação de capitais de terceiros relaciona, portanto, as duas grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, Capitais Próprios e Capitais de Terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da empresa. Também pode ser chamado índice de Grau de Endividamento (MATARAZZO, 2003, p. 154).

Levando em consideração a obtenção de lucros, pode ser conveniente para a empresa trabalhar com capitais de terceiros, uma vez que a remuneração paga aos capitais de terceiros seja inferior ao retorno da sua aplicação na entidade.

Todavia, ao checar o índice de participação de capitais de terceiros, analisa-se unicamente o ponto de vista financeiro, o risco de insolvência da empresa. Dessa maneira, quanto maior o quociente dessa relação, menor a liberdade de decisões financeiras da instituição.

Após se conhecer o grau de participação de capitais de terceiros, busca-se saber qual a composição das dívidas. O índice Composição do endividamento indica qual a relação entre obrigações de curto prazo (Passivo Circulante) e obrigações totais (Passivo Circulante e Não Circulante). Braga (1995, p. 154) apresenta a subseqüente fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Composição do endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Neste sentido, afirma-se:

A Composição do Endividamento mostrará se existe ou não excesso de dívidas a curto prazo sobre as exigibilidades totais. Subtraindo esse índice de 100% (ou de 1,0), encontra-se a participação das dívidas de longo prazo. Uma participação muito

elevada de dívidas a curto prazo pode indicar iminente aperto financeiro (BRAGA, 1995, p. 155).

Santos e Barros (2005) falam que os fornecedores de créditos e de mercadorias/matérias-primas têm nesse quociente e no quociente de endividamento geral, sua principal fonte de informação e de avaliação para a concessão de crédito e para a venda a prazo.

O índice Endividamento Geral indica qual a relação entre capitais de terceiros (Passivo Circulante e Não Circulante) e a totalidade do Ativo. Neves e Viceconti (2004, p. 464) apresentam a seguinte fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Endividamento geral} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

Neste sentido articula-se:

O endividamento geral mostra a dependência de recursos de terceiros no financiamento dos ativos. Este índice está estreitamente ligado à relação Capital de Terceiros/Capital Próprio, constituindo outro ângulo de visão do mesmo problema. Elevadas proporções nestes índices revelam que a empresa se encontra excessivamente endividada (BRAGA, 1995, p. 155).

O índice de Imobilização do capital próprio indica qual a relação entre Ativo Permanente e Patrimônio Líquido. De acordo com Arnaldo Reis (2003) o Ativo Permanente é composto pelos investimentos, imobilizado e intangível. Tornando-se as imobilizações grandes em demasia, pode-se comprometer a liquidez da empresa. Braga (1995, p. 154) apresenta a subsequente fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Imobilização do capital próprio} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Matarazzo (2003, p.158) assegura que “Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios poderão ser destinados para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante.”

Dessa maneira, é interessante às empresas terem o Patrimônio Líquido maior que o Ativo Permanente, para que assim sobre uma quantia para financiar o Ativo Circulante.

O índice de Imobilização dos recursos permanentes é resultante da relação entre o Ativo Permanente e o Passivo Não Circulante mais o Patrimônio Líquido, indicando o

percentual de Recursos não Correntes que a empresa aplicou no Ativo Permanente. Braga (1995, p. 154) apresenta a seguinte fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Imobilização dos recursos permanentes} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Não Circulante} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

Em relação a vida útil e financiamento do Ativo Permanente afirma-se:

Os elementos do Ativo Permanente têm vida útil que pode ser de 2, 5, 10 ou 50 anos. Assim, não é necessário financiar todo o imobilizado com recursos próprios. É perfeitamente possível utilizar recursos de longo prazo, desde que o prazo seja compatível com o de duração do Imobilizado ou então que o prazo seja suficiente para a empresa gerar recursos capazes de resgatar as dívidas de longo prazo (MATARAZZO, 2003, p. 160).

Assim, é conveniente a superioridade do Passivo Permanente comparado ao Ativo Permanente, para que permaneça uma quantia designada ao Ativo Circulante. A essa fração de Recursos não Correntes denomina-se Capital Circulante Líquido.

2.4.1.2 Índices de solvência

Os Índices de Solvência propiciam uma visão da base da situação financeira da empresa, quanto mais elevados forem esses índices, melhor será a situação financeira da organização.

Segundo Hilário Franco (1980) os Índices de Solvência possuem a finalidade de medir a capacidade da empresa de pagar seus débitos. Enquanto, Braga (1995, p. 155) afirma que “Estes índices não medem a efetiva capacidade da empresa liquidar seus compromissos nos vencimentos, mas apenas evidenciam o grau de solvência em caso de encerramento total das atividades”.

De acordo com Schrickel (1997) confundem-se Índices de Solvência com Índices de capacidade de pagamento. Os Índices de Solvência não são extraídos do fluxo de caixa que tem como objetivo comparar as entradas com as saídas de dinheiro, eles resultam do confronto dos Ativos com as obrigações, evidenciando quão sólida é a base financeira da empresa.

Complementando, Matarazzo (2003, p. 164) diz que “Uma empresa com bons Índices de Liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas etc.”.

O Índice de Liquidez Geral demonstra a proporção do Ativo Circulante e Não Circulante em relação ao total das responsabilidades, Passivo Circulante e Não Circulante. Braga (1995, p. 156) afirma que “... é de esperar que este índice seja sempre superior a 1,0, evidenciando uma folga na capacidade de solvência global”. Schrickel (1997, p. 247) apresenta a subseqüente fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

De acordo com Hilário Franco (1980), para existir correta interpretação do quociente em questão necessita-se conhecer a natureza dos valores exigíveis a longo prazo, pois podem existir créditos que não causam preocupação em virtude de sua remota exigibilidade ou créditos liquidáveis em vários exercícios, podendo ser atendidos com os próprios lucros a serem produzidos em exercícios futuros.

O Índice de Liquidez Corrente demonstra a proporção do Ativo Circulante em relação ao Passivo Circulante. Através dele identifica-se se os investimentos no Ativo Circulante são suficientes para cobrir as dívidas de curto prazo, e determina-se a percentagem da margem de folga existente. Schrickel (1997, p. 242) apresenta a seguinte fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Ainda em relação ao quociente de Liquidez Corrente afirma-se:

Este quociente relaciona quantos reais dispomos, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo. É um índice muito divulgado e frequentemente considerado como o melhor indicador da situação de liquidez da empresa (IUDÍCIBUS, 2008, p. 91).

Para Matarazzo (2003, p. 172) “a margem de folga para manobras de prazos visa equilibrar as entradas e saídas de caixa. Quanto maiores os recursos, maior essa margem, maior a segurança da empresa, melhor a situação financeira”.

Neste quociente, assim como para muitos outros, é preciso levar em consideração a problemática dos prazos dos vencimentos das contas a receber e das contas a pagar, e as informações relevantes referentes aos estoques. Exemplificando, poderão existir duplicatas a

vencer em longuíssimo prazo, dívidas com vencimentos em curtíssimo prazo, assim como estoques de baixa rotação, obsoletos ou superavaliados.

O Índice de Liquidez Seca demonstra a proporção do Ativo Circulante subtraindo os Estoques, em relação ao Passivo Circulante. Essa proporção evidencia a capacidade da empresa de cumprir com suas obrigações de curtíssimo prazo, respaldada por seus ativos mais líquidos. Segundo Braga (1995, p. 156) “normalmente, deve-se esperar que a Liquidez Seca seja superior a 1,0”. Schrickel (1997, p. 246) apresenta a subsequente fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Liquidez seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Ainda em relação ao quociente de Liquidez Seca profere-se:

Esta é uma variante muito adequada para se avaliar conservadoramente a situação de liquidez da empresa. Eliminando-se os estoques do numerador, estamos eliminando uma fonte de incerteza. Por outro lado, estamos eliminando as influências e distorções que a adoção deste ou daquele critério de avaliação de estoques poderia acarretar, principalmente se os critérios foram mudados ao longo dos períodos (IUDÍCIBUS, 2008, p. 93).

Este quociente tem por objetivo medir o grau de excelência da situação financeira da empresa, ele demonstra a liquidez mais próxima do possível. O Índice de Liquidez Seca em conjunto Índice de Liquidez Corrente trará a tona caso a empresa enfrente alguma dificuldade de liquidez.

O Índice de Liquidez Imediata demonstra a proporção das Disponibilidades em relação ao Passivo Circulante. Através desse índice é representado o quanto se dispõem imediatamente para saldar as dívidas de curto prazo. Schrickel (1997, p. 248) apresentam a seguinte fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Conforme Braga (1995) de acordo com este índice pode-se constatar a existência de excesso de recursos parados ou de baixo volume de dívidas em curto prazo, o que pode representar uma má gestão de recursos financeiros e do potencial de crédito da empresa.

2.4.1.3 Índice de cobertura

Segundo Braga (1995) os índices de cobertura avaliam quantas vezes o lucro operacional juntamente com as receitas financeiras e outras receitas, cobrirá as despesas financeiras consideradas isoladamente ou as despesas financeiras em conjunto com os outros compromissos fixos, tais como despesas com arrendamento mercantil e a parcela principal dos empréstimos e financiamentos a pagar. Para tanto Braga (1995, p. 154) apresenta a subsequente fórmula:

$$\text{Índice de cobertura} = \frac{\text{Lucro Operacional} + \text{Outras Receitas}}{\text{Despesas Financeiras}}$$

Considera-se apenas o principal dos empréstimos porque os juros já se encontram agregados nas despesas financeiras. As despesas com contratos de leasing devem ser adicionadas ao lucro operacional, uma vez que elas reduzem o lucro operacional. Também se deve considerar o lucro operacional e as demais receitas e despesas líquidos do imposto de renda, pode-se alcançar isso multiplicando esses itens por um menos a alíquota do imposto de renda.

2.4.2 Índices da situação econômica

Os quocientes de rentabilidade indicam o grau de eficiência da empresa na aplicação de seus recursos. Eles mostram a relação entre o lucro líquido, que é o resultado positivo das variações patrimoniais, com os vários aspectos da aplicação de capitais e com a movimentação econômica total.

Antes de ser uma figura de retórica (mais valia, usura, capitalismo, capitalismo “selvagem” etc.), o lucro é uma necessidade matemática. Afinal, o mínimo que qualquer investidor almeja é uma margem de lucro que seja compatível com o risco assumido e o custo de oportunidade dos recursos no mercado (SCHRICKEL, 1997, p. 280).

Neste sentido, também é observado o seguinte:

Nenhuma empresa consegue manter-se financeiramente sustentável a longo prazo se o fluxo de entradas de recursos é consistentemente inferior ao fluxo de saída de recursos, seja pelo aumento do risco para terceiros que financiam esse negócio, seja porque os sócios, em tese, não aceitarão aumentar seus níveis de financiamento com capital próprio a longo prazo a um negócio incapaz de gerar resultados que lhe compensem de forma adequada pelos recursos que aportaram na empresa (MATIAS, 2009, p. 208).

Dessa maneira, observa-se que com a exceção das empresas tipicamente de fins não lucrativos, como as Cooperativas, Fundações, entre outras, não existe empresa que possa prescindir do lucro em suas atividades.

Outro ponto observado por Matias (2009) é o fato de que durante muitos anos, a geração de lucros esteve diretamente relacionada, entre outros, ao hermetismo do mercado brasileiro a produtos estrangeiros, a reservas de mercado, a uma legislação protecionista e, sobretudo, às altíssimas taxas inflacionárias. A cultura inflacionária sempre privilegiou as margens, dando pouca importância à rotação dos ativos.

Todavia, com o processo de estabilização da economia ora em curso, ao qual se associam diversas medidas implementadas no país ao longo dos últimos anos, abrindo sua economia para a competição internacional, deverá modificar significativamente esse quadro. Os lucros não serão mais decorrência do simples processo de transferência de preços entre os valores de compra ou fabricação e de venda. Será preciso algo mais. Mais empenho, mais tecnologia, mais eficiência e, sobretudo, mais criatividade das empresas para o enfrentamento desses novos tempos.

2.4.2.1 Margens de lucratividade das vendas

O sucesso das empresas depende de um conjunto de fatores, onde o principal fator corresponde a um volume de vendas adequado. Os indicadores de rentabilidade margem bruta, margem operacional e margem líquida medem as proporções dos valores que constituem apurações parciais e final do resultado econômico em relação à receita operacional líquida.

A utilização dos vários indicadores conjuntos de análise da rentabilidade é útil ao permitir a análise dos vários componentes dos desembolsos da empresa que se apropriam de parcelas da receita, facilitando a compreensão dos impactos que fatores externos macroeconômicos e setoriais, bem como decisões internas da empresa, articulam na determinação do resultado final.

A Margem bruta indica a porcentagem do remanescente da receita operacional líquida após a dedução do custo dos produtos e/ou serviços vendidos. Ela é encontrada a partir da razão do lucro bruto pelas vendas líquidas, multiplicado por cem, quanto maior essa margem, melhor para a empresa. Schrickel (1997, p. 287) apresenta a seguinte fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Margem bruta} = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

A respeito da Margem bruta afirma-se o seguinte:

Pode-se entender a margem bruta como uma medida do grau de discricionariedade que a empresa acaba por possuir sobre a sua receita líquida, ou seja, sua capacidade financeira proporcional de direcionar seu fluxo financeiro a atividades não diretamente relacionadas à produção dos produtos ou prestação dos serviços vendidos (MATIAS, 2009, p. 209).

Na mesma perspectiva afirma-se que:

A Margem Bruta é a rentabilidade primária de qualquer empresa. Trata-se do lucro imediatamente após a dedução das despesas industriais (Custo dos Produtos), das Depreciações – que devem referir-se majoritariamente aos bens de produção, sejam eles industriais (indústrias) ou comerciais (empresas varejistas) – e dos Impostos Faturados que, a rigor, não são uma receita própria da empresa. Ela apenas atua como agente arrecadador (IPI, que é um imposto “por fora”) ou lançador (ICMS, que é um tributo “por dentro”) (SCHRICKEL, 1997, p. 288).

Desse modo, cabe ao analista, para a correta avaliação do desempenho da margem bruta sobre as vendas, atentar para o comportamento das depreciações e dos impostos faturados, além do incansável acompanhamento da relação Custo dos Produtos/Vendas Líquidas.

De acordo com Schrickel (1997) uma empresa, industrial ou comercial, deveria, em princípio, apresentar custos estáveis ou declinantes ao longo dos anos, demonstrando, assim, ganhos de escala (indústrias) ou melhores compras (varejistas). Quanto às depreciações devem ser consideradas as novas imobilizações efetuadas ao longo do ano, assim como as vendas de bens do ativo imobilizado, caso aconteçam. No tocante aos impostos faturados, o analista deve comparar o percentual deste custo sobre as vendas líquidas e as efetivas taxas aplicáveis à empresa (IPI), à realidade de seu Estado (ICMS) e de outros estados caso existam transações interestaduais.

Em relação ao recolhimento de impostos, menciona-se:

Muitas empresas têm utilizado o artifício de não recolher os impostos com o objetivo de obter um alongamento de seu endividamento. Mesmo incorrendo em multas e juros de mora, o encargo sobre os impostos em atraso tem sido menor do que as taxas de juros praticadas no mercado financeiro. Pela ausência de financiamentos a prazos mais longos em abundância, muitos responsáveis pela área financeira das empresas têm lançado mão dessa estratégia (SCHRICKEL, 1997, p. 288).

Evidencia-se que uma empresa que não está recolhendo seus impostos não é necessariamente uma sonegadora de tributos, uma vez que a sonegação decorre da omissão de receitas por determinada vontade da empresa. Todavia, essa empresa certamente tem dificuldades financeiras, e é justamente para isso que existem os parcelamentos de impostos oferecidos pelas autoridades.

A Margem operacional expressa qual é a rentabilidade estritamente operacional da empresa, ou seja, o quanto ela ganha em seu negócio. Ela é encontrada a partir da razão do lucro operacional pelas vendas líquidas, multiplicado por cem, quanto maior essa margem, melhor para a empresa. Schrickel (1997, p. 289) apresenta a subsequente fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Margem operacional} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

De acordo com Matias (2009):

A margem operacional é o indicador que mede a parcela da receita líquida não comprometida nem pelo custo de produção, nem pela despesa da atividade, nem pelo impacto decorrente do resultado financeiro. Sua avaliação permite uma comparação adequada entre desempenho de empresas diferentes, em termos de geração de resultado, antes da contabilização das receitas e despesas não operacionais, que são em geral atípicas, não cíclicas e desvinculadas das variáveis fundamentais da administração financeira; e também antes da contabilização dos impostos, participações e contribuições (p. 210).

Esta é considerada a margem mais importante da empresa, pois considera as deduções das Vendas das despesas industriais, das depreciações, dos impostos faturados e das despesas de vendas e gerais de forma que fique viabilizada a colocação de seus produtos no mercado.

A Margem líquida revela qual é a rentabilidade da empresa ou o percentual da receita operacional líquida restante após serem subtraídas todas as despesas e computados os resultados não operacionais, provisão para o imposto de renda e as participações estatutárias. Ela é resultante da razão do lucro líquido pela receita operacional líquida. Quanto maior essa margem, melhor a situação da empresa. Schrickel (1997, p. 291) apresenta a seguinte fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Margem líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

Segundo Matias (2009), o resultado líquido é obtido a partir da confrontação dos fluxos de desembolsos associados à atividade da empresa em determinado período com o fluxo de entrada referente à receita. Esse resultado líquido representa o fluxo de recursos não comprometidos com todos os fatores econômicos que impactam as atividades da empresa. A comparação desse resultado líquido em relação a receita líquida, referente ao mesmo período, informa a margem líquida.

[...] margem líquida representa a geração excedente (ou deficitária, em caso de prejuízo) de recursos pela empresa no período – e apenas no período – abrangido pela demonstração do resultado do exercício: a empresa obteve receita, destinou parte dessa receita ao pagamento do *custo dos produtos e/ou serviços vendidos*, pagou todas as suas despesas não associadas diretamente às vendas, remunerou o capital de terceiros, recebeu resultado de investimentos em outras empresas ou ativos financeiros, foi diminuída ou aumentada em razão de eventos atípicos e excepcionais, pagou ou provisionou recursos necessários às suas obrigações tributárias e gerou um excedente, que pertence aos sócios e é incorporado ao patrimônio líquido ou parcial (ou totalmente) distribuído ao sócios como dividendos (MATIAS, 2009, p. 211).

Iudícibus (2008) afirma que apesar dos contínuos esforços para melhorar essa margem, comprimindo despesas e aumentando a eficiência, a mesma é relativa e apresenta-se baixa ou alta de acordo com o tipo de empreendimento. Exemplificando, normalmente a indústria automobilística (ou de refino de petróleo) têm margens pequenas e valor de venda muito alto. Todavia o inverso pode ocorrer para pequenos negócios comerciais, industriais ou outros tipos de empresas.

A Margem líquida, ou suas variações, apesar de ser incapaz de fornecer por si só ao analista muita informação sobre os fatores que a determinaram, é um dos indicadores de análise financeira mais calculados e divulgados por usuários e provedores de informações financeiras.

Mark-up indica quanto do preço do produto está acima do seu custo de produção e distribuição, em outras palavras, é o percentual que é colocado sobre o custo da mercadoria para se chegar ao preço de venda.

Segundo Braga (1995) o Mark-up global é obtido a partir da razão do Lucro Bruto pelo custo das vendas, e pode ser expresso como uma quantia fixada ou como percentual. Para tanto Braga (1995, p. 163) apresenta a subsequente fórmula:

$$\text{Mark-up global} = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Custo das Vendas}}$$

2.4.2.2 Taxas de retorno

A materialização das estratégias organizacionais de uma empresa está relacionada a gestão adequada. Assim, a responsabilidade financeira aumenta permanentemente e a sua mensuração é obrigatória. Para Braga (1995) taxas de retorno compreendem os índices que informam sobre a remuneração concedida aos recursos investidos nas instituições em determinados períodos de tempos.

A taxa de Retorno sobre o ativo operacional indica a rentabilidade pura das operações básicas da empresa. Ele relaciona o Lucro operacional com a diferença entre o ativo total e o ativo imobilizado. Complementando Arnaldo Reis (2003) enfatiza a importância de ser deduzido do ativo, valores como os investimentos, pois estão aplicados em atividades paralelas, não tendo nada a ver com o faturamento da empresa. Braga (1995, p. 163) apresenta a seguinte fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Retorno sobre ativo operacional} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Ativo Total} - \text{Ativo Permanente}}$$

A respeito do denominador deste indicador é mencionado o seguinte:

Ao desconsiderar o *ativo permanente*, esse indicador permite ao analista avaliar com maior exatidão a geração de resultado em face da maior ou menor aplicação de recursos em ativos não permanentes, facilitando comparações de desempenho entre empresas que, embora atuem no mesmo setor, possuam tanto imobilização como capitalização muito distintas, isolando qualquer impacto decorrente da imobilização maior ou menor do capital total investido (MATIAS, 2009, p. 213).

Outro ponto observado a respeito dessa taxa é referente à existência de inflação. Conforme Braga (1995, p. 164) “o lucro operacional deveria computar perdas e ganhos decorrentes da existência de certos ativos e passivos cujos saldos têm seu poder aquisitivo corroído pela inflação”.

A taxa de Retorno sobre o investimento total (ROI) é uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se. Ela é considerada uma medida de desempenho comparativo da empresa ano após ano, medindo a rentabilidade final obtida sobre todos os recursos investidos na empresa. Ela é obtida a partir da razão entre o Lucro líquido e o Ativo total da organização. Quanto maior essa taxa, melhor a situação da empresa. É também conhecido em inglês por ROA (return on total assets) ou ROI (return on investment). Braga (1995, p. 163) apresenta a subsequente fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Retorno sobre o investimento total (ROI)} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Segundo Matias (2009):

Para a determinação da rentabilidade do ativo concorrem dois fatores básicos, que por si sós são o produto de uma série combinada de outros fatores de influência no desempenho: as diferentes margens dos resultados intermediários, que refletem a capacidade da empresa em minimizar as apropriações do fluxo de recursos da receita pelos diversos agentes e fatores que concorrem para sua obtenção; e o volume total de capital que a empresa utiliza para obtenção dessa receita (p. 213).

A rentabilidade do ativo será sempre menor que a rentabilidade do patrimônio líquido, exceto no improvável e hipotético caso de empresa cuja capitalização seja igual a 1,0, ou seja, que não utilize capital de terceiros.

A taxa de Retorno sobre o investimento total é considerada um dos principais indicadores no que tange a capacidade econômica da empresa. De acordo com Schrickel (1997) ela surgiu na década de 30 nos Estados Unidos, teve algumas complementações com o passar dos anos, e até hoje é considerada de extrema utilidade na Análise de Balanços e de Crédito.

A taxa Retorno sobre o capital próprio (ROE) mostra qual a taxa de rendimento do Capital Próprio, em outras palavras, à rentabilidade que a empresa proporcionou aos recursos investidos pelos seus acionistas. Essa taxa é obtida através da razão do Lucro Líquido pelo Patrimônio Líquido. Quanto maior essa taxa, melhor a situação da empresa. Braga (1995, p. 163) apresenta a seguinte fórmula para o cálculo deste índice:

$$\text{Retorno sobre o capital próprio (ROE)} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Em relação à rentabilidade do patrimônio líquido são mencionadas as seguintes palavras:

O mais conhecido dos indicadores de análise financeira, também utilizado comumente por pessoas leigas à análise financeira com frequência, é a rentabilidade do patrimônio líquido, que expressa a geração de resultado líquido final da empresa em função do capital próprio dos sócios nela investido. Representa, para o período considerado, o retorno financeiro, sob a forma de “lucro” proporcional, obtido pelos sócios sobre o capital aportado, após a consideração de todos os impactos sobre o fluxo de recursos evidenciados pelas diferentes rubricas da demonstração de resultado do exercício (MATIAS, 2009, p. 213).

Matias (2009) também afirma que a rentabilidade do patrimônio líquido é indiferente ao fato de que esse resultado líquido obtido pode ser distribuído diretamente aos sócios (sob a forma de pagamento de dividendos) ou indiretamente reinvestido na própria empresa, quando fica retido no patrimônio líquido como lucro acumulado, reserva de lucro ou capital social aumentado.

O retorno sobre o capital próprio é constantemente acompanhado por analistas e por acionistas, com o intuito de estarem atualizados em relação ao desempenho que os diretores e administradores estão obtendo em termos de geração de resultados compatíveis com o risco corrido.

Segundo Iudícibus (2008) a principal tarefa da administração econômico-financeira ainda é a de maximizar o valor de mercado para o possuidor das ações e estabelecer um fluxo de dividendos compensador. Ele afirma também que no longo prazo, o valor de mercado da ação é influenciado substancialmente pelo quociente de retorno sobre o patrimônio líquido.

Matarazzo (2003) complementa afirmando que a rentabilidade do patrimônio líquido pode variar de um ano para outro, podendo estar em um ano acima das taxas de mercado, noutro abaixo e noutro em torno delas.

De acordo com Matias (2009) em inúmeras situações, o contador ou administrador vê-se diante de dados que têm muito mais sentido quando comparados a outros do que quando avaliados isoladamente, no contexto da tomada de decisões ou da avaliação do resultado das mesmas. Para um gestor de uma companhia aérea, por exemplo, receber a informação de que em determinado dia foram transportados 48.200 passageiros, por exemplo, é uma informação quase inútil se ela não puder ser comparada aos 74.000 assentos em voos da companhia que estavam disponíveis à venda para aquele dia, ou de que o ponto de equilíbrio das operações com a frota atual é de 54.240 passageiros.

Da mesma forma, o analista financeiro faz um uso muito mais proveitoso das informações financeiras da empresa analisada quando os dados financeiros são comparados a outros dados financeiros relevantes. As contas dos demonstrativos financeiros possuem algumas relações especiais entre si cuja investigação pode ser de grande interesse do analista.

Assim, índice de análise financeira refere-se ao valor numérico resultante de uma relação entre duas ou mais contas dos demonstrativos financeiros, sua mensuração é de inestimável importância, pois eles fornecem uma ampla visão da situação econômica e financeira da empresa, permitem a rápida avaliação e comparação do desempenho financeiro, apoiam o processo decisório e estabelecem uma base padronizada e confiável de comparação de desempenho financeiro empresarial entre empresas diferentes.

3 METODOLOGIA

A necessidade do ser humano em buscar respostas as suas indagações propiciou o avanço da ciência, que se desenvolveu significativamente a partir do século XIX. De acordo com Severino (2007, p. 99) “[...] a ciência surgiu na modernidade, expressando uma ruptura crítica com o modo metafísico de pensar, típico da antiguidade e da Idade média, e se caracterizando como uma leitura da fenomenalidade do mundo natural”.

Com este avanço a ciência passou a ser criteriosa, requerendo uma série de procedimentos para explicar racionalmente os fenômenos, desenvolvendo portanto a pesquisa científica que segundo Dmitruk (2004, p. 120) “[...] constitui-se em uma indagação racional, minuciosa e criteriosa à procura de respostas para solucionar problemas propostos, no âmbito da ciência”.

Assim, toda a pesquisa deve tomar rumos acertados, com objetivos pré-definidos e uma metodologia coerente com a realidade posta. E para tanto existem inúmeras classificações metodológicas. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como estudo de caso, que segundo Severino (2007) compreende um estudo executado com metodologias preestabelecidas, que investiga um ou vários fenômenos contemporâneos no contexto da vida real, o que a torna atualmente uma das principais modalidades de pesquisa no campo das ciências sociais e humanas. Assim esta pesquisa se concentrará no estudo particular da empresa Xadrez Ltda., considerando as análises dos demonstrativos contábeis e financeiros, com a pretensão de identificar a variação do desempenho econômico-financeiro da mesma.

Quanto aos objetivos a pesquisa realizada é classificada como pesquisa descritiva, pois busca descrever e analisar características do desempenho empresarial da organização. Complementando, Dmitruk (2004) afirma que a pesquisa descritiva estuda fatos e fenômenos físicos e humanos sem que o pesquisador interfira, utilizando técnicas de observação, registro, análise e correlação de fatos sem manipulá-los.

De acordo com Severino (2007) o método de coleta de dados refere-se ao meio pelo qual a informação sobre as variáveis é coletada. Portanto a principal forma de coleta de dados do corrente trabalho consiste na leitura e interpretação de documentos, caracterizando-se como pesquisa documental, compreendendo os demonstrativos contábeis da empresa Xadrez Ltda., constituídos por dados que ainda não receberam um tratamento analítico (dados

primários). Neste estudo os dados primários referem-se aos únicos demonstrativos que foram disponibilizados pela empresa, compreendendo o período de 2008 a 2011.

A presente pesquisa realizou-se em três etapas distintas, a primeira se refere ao referencial teórico embasado em autores comprometidos no estudo dos índices de desempenho econômico-financeiro. Em relação à segunda etapa temos o estudo específico dos demonstrativos da empresa Xadrez Ltda., abrangendo a busca e coleta de informações que dará origem ao relatório de caso. A terceira e não menos importante envolverá a análise e interpretação dos dados selecionados a luz da ciência.

É válido salientar que metodologicamente a pesquisa tem abordagem quantitativa, pois é pontual e estruturada, utilizando-se de dados quantitativos, ou seja, números tirados de demonstrativos contábeis que representam valores e que são expressos em moeda corrente.

Modelo conceitual da pesquisa

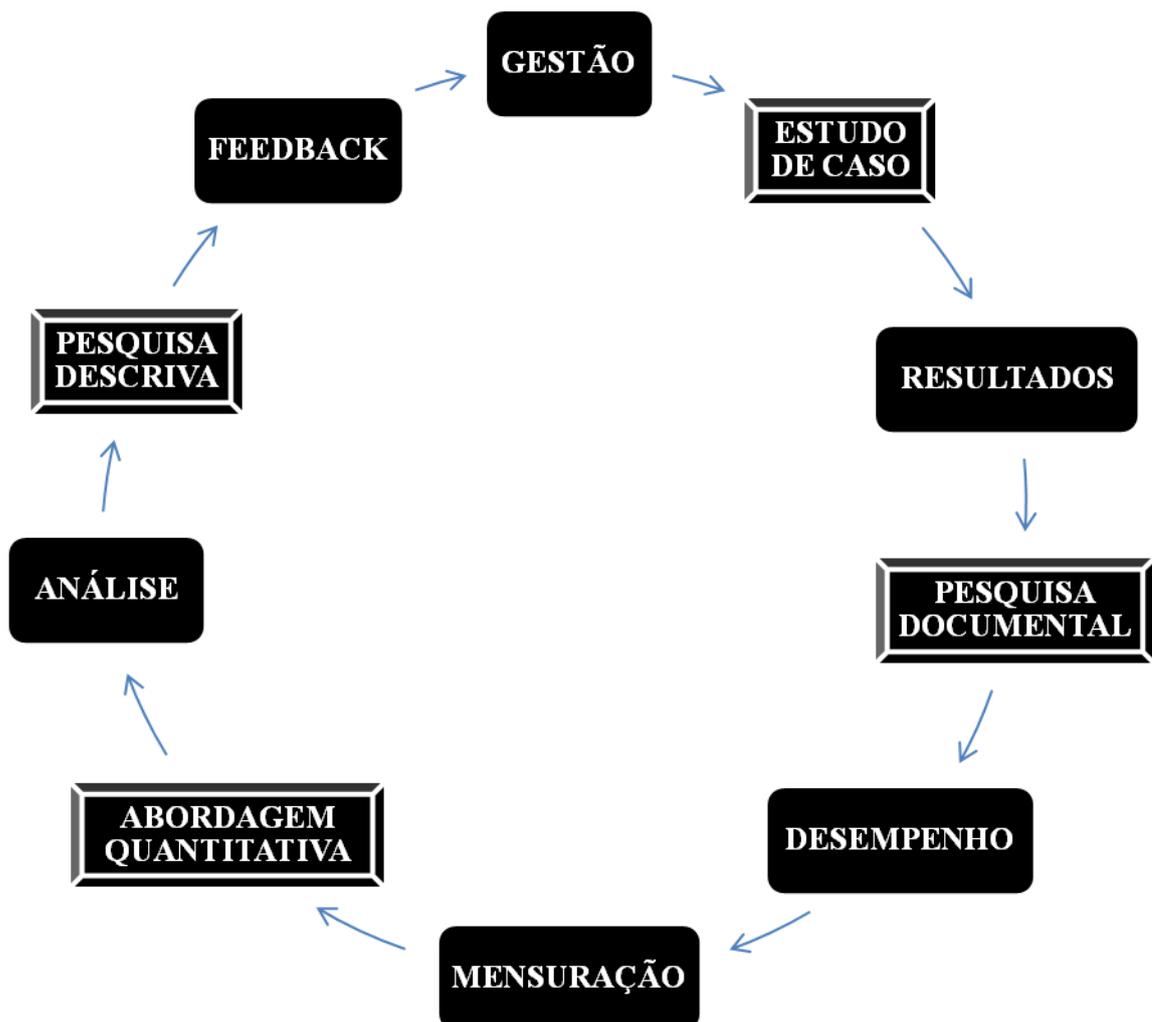


Figura 1 – Modelo conceitual da pesquisa

3.1 Definições Operacionais

- Variações de desempenho: Mudanças sofridas com o transcorrer dos exercícios evidenciadas pelas comparações anuais, representando evolução ou involução em relação a uma situação primária. Compreende-se por evolução o crescimento ou progresso da companhia e por involução o processo inverso.

- Avaliação do desempenho econômico: Neste trabalho o desempenho econômico será avaliado a partir do cálculo e análise das margens de lucratividade das vendas e das taxas de retorno. Dessa maneira compreendendo os seguintes índices: Margem bruta, Margem operacional, Margem líquida, Mark-up global, Retorno sobre ativo operacional, Retorno sobre o investimento total (ROI) e Retorno sobre o capital próprio (ROE).

- Avaliação do desempenho financeiro: Neste trabalho o desempenho financeiro será avaliado a partir do cálculo e análise dos Índices de estrutura patrimonial, dos Índices de solvência e Índice de cobertura. Dessa maneira compreendendo os seguintes indicadores: Participação de capital de terceiros, Composição do endividamento, Endividamento geral, Imobilização de capital próprio, Imobilização dos recursos permanentes, Liquidez geral, Liquidez corrente, Liquidez seca, Liquidez imediata e Cobertura dos encargos financeiros.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos demonstrativos contábeis possibilitou a avaliação quanto ao passado, o acerto da gestão econômico-financeira e, quanto ao futuro, à necessidade de correção nesta gestão e, em conjunto com outros elementos, as possibilidades de desenvolvimento das operações sociais.

Neste contexto, Schrickel (1997) afirma que uma das ferramentas mais utilizadas na análise dos demonstrativos contábeis é o cálculo de quocientes e coeficientes. O mesmo autor defende que o analista pode construir qualquer tipo de fórmula para calcular o respectivo quociente. Todavia, existem algumas fórmulas consagradas que têm sido utilizadas universalmente. Assim estas fórmulas serão abordadas no decorrer do presente capítulo.

4.1 Índices de estrutura patrimonial

A análise dos índices de estrutura patrimonial ou estrutura de capital permitiu avaliar a composição do capital da empresa, a relação entre o capital de terceiros e o capital próprio, possibilitando também verificar o percentual de imobilização de seus recursos. Os índices de estrutura patrimonial da empresa foram calculados e estão demonstrados no Quadro 2.

Índices de estrutura patrimonial	Fórmulas	2008	2009	2010	2011
Participação de capital de terceiros	$(PC+PNC)/PL$	1,40	1,64	9,68	(9,35)
Composição do endividamento	$PC/(PC+PNC)$	0,51	0,48	0,40	0,40
Endividamento geral	$(PC+PNC)/AT$	0,58	0,62	0,91	1,12
Imobilização de capital próprio	AP/PL	0,85	1,03	5,28	(3,72)
Imobilização dos recursos permanentes	$AP/(PNC+PL)$	0,51	0,56	0,78	0,80

Quadro 2 – Índices de estrutura patrimonial

Participação de capital de terceiros $[(PC+PNC)/PL]$: esse índice evidencia o percentual de capitais de terceiros usados pela empresa em relação ao capital próprio. Conforme Braga (1995) índices maiores que 1,0 (um) evidenciam desequilíbrio entre as duas fontes de financiamento do Ativo. Em 2008 o índice participação de capitais de terceiros era 1,40 (um inteiro e quarenta centésimos), ou seja, o capital de terceiros usado neste período superava o capital próprio empregado em 40%. Em 2009 esse índice teve uma variação positiva, passando para 1,64 (um inteiro e sessenta e quatro centésimos), 17% a maior que no ano anterior. Enquanto que em 2010 passou para 9,68 (nove inteiros e sessenta e oito centésimos),

490% a maior que no ano anterior, como consequência da obtenção de vultosos empréstimos e financiamentos para aquisição de novos maquinários e veículos, assumindo-se parcelamentos e contribuindo para o aumento do prejuízo acumulado do período. Em 2011 a empresa sofreu autuações tributárias, obteve mais empréstimos e apresentou aumento significativo nos seus prejuízos acumulados, fazendo com que o Passivo ficasse a descoberto, e o índice (-) 9,35 (nove inteiros e trinta e cinco centésimos negativos).

Composição do endividamento $[PC/(PC+PNC)]$: esse índice evidencia o percentual representado pelo Passivo Circulante em relação ao Passivo Circulante e Não Circulante. Grande representatividade de dívidas a curto prazo pode demonstrar que a empresa enfrenta dificuldades financeiras. Em 2008 o índice composição do endividamento era 0,51 (cinquenta e um centésimos), ou seja, o Passivo Circulante representava 51% da totalidade das obrigações. Em 2009 esse índice teve uma variação negativa passando para 0,48 (quarenta e oito centésimos). Já, em 2010 o Passivo Circulante representava 40% do total das obrigações da empresa, 8% a menor que no ano anterior, devido principalmente a aquisição de empréstimos e financiamentos, que pelos seus prazos de vencimentos, maior parte de seus valores foram classificados como não circulante, conseqüentemente a porcentagem do Passivo Circulante em relação ao total de obrigações diminuiu. Em 2011 mantiveram-se os mesmos 40%.

Endividamento geral $[(PC+PNC)/AT]$: através deste índice visualiza-se a relação existente entre capitais de terceiros e capital próprio. Ele indica o montante de recursos de terceiros que está sendo empregado na tentativa de gerar lucros. De acordo com Matarazzo (2003) quanto mais endividada a empresa estiver, maiores as possibilidades de que não consiga satisfazer as obrigações com terceiros. Em 2008 o total de obrigações representava 58% do ativo total, ou seja, para cada real (R\$) do ativo total, R\$ 0,58 estão comprometidos com dívidas. Em 2009 esse percentual aumentou, indo para 62% devido principalmente ao aumento dos impostos e contribuições a recolher, assim como a contratação de leasings para aquisição de bens para o imobilizado. Em 2010 91% do ativo estavam comprometidos com dívidas, o aumento em relação ao ano anterior se deu com maior significância devido à contratação de empréstimos e financiamentos para aquisição de bens e a autuações tributárias sofridas. Já em 2011 o percentual das obrigações em relação ao ativo passou para 112%, ou seja, o total das obrigações superou o total do ativo em 12%, caracterizando o estado de passivo a descoberto devido basicamente as autuações fiscais e ao excesso de empréstimos e financiamentos.

Imobilização de capital próprio (AP/PL): esse índice revela o percentual do patrimônio líquido que está investido no ativo permanente. Segundo Braga (1995) é interessante investir apenas uma parte do patrimônio líquido, deixando outra parte para financiar o ativo circulante. O ativo permanente é composto basicamente pelo ativo imobilizado. Em 2008 esse índice era 0,85 (oitenta e cinco centésimos), evidenciando que 85% do patrimônio líquido estavam investidos no ativo permanente, em 2009 o ativo permanente superou o patrimônio líquido em 3%. Em 2010 os prejuízos acumulados de grande vulto diminuíram significativamente o total do patrimônio líquido da empresa fazendo com que o ativo permanente fosse 5,28 vezes maior que o patrimônio líquido do mesmo período. Com o contínuo aumento da conta prejuízos acumulados e passivo a descoberto o referido índice em 2011 ficou em (-) 3,72 (três inteiros e setenta e dois centésimos negativos).

Imobilização dos recursos permanentes $[AP/(PNC+PL)]$: por intermédio desse indicador obtém-se o percentual de recursos não correntes aplicados no ativo permanente. Em 2008 esse índice era 0,51 (cinquenta e um centésimos) evidenciando que 51% dos recursos não correntes estavam aplicados no ativo permanente, enquanto que em 2011 o índice ficou em 0,80 (oitenta centésimos), indicando que 80% dos recursos não correntes estavam no ativo permanente. A maior discrepância na sua evolução ao decorrer dos anos observa-se de 2009 para 2010, onde o índice passou de 0,56 (cinquenta e seis centésimos) para 0,78 (setenta e oito centésimos), devido a obtenção de dívidas exigíveis a longo prazo para aquisição de bens para o ativo imobilizado.

4.2 Índices de solvência

A análise dos índices de solvência propicia uma visão da base da situação financeira da entidade, por intermédio do confronto dos ativos com as obrigações da mesma. Os índices de solvência da empresa foram calculados e estão demonstrados no Quadro 3.

Índices de solvência	Fórmulas	2008	2009	2010	2011
Liquidez geral	$(AC+ARLP)/(PC+PNC)$	1,11	0,98	0,56	0,50
Liquidez corrente	AC/PC	2,16	2,06	1,38	1,24
Liquidez seca	$(AC-Estoque)/PC$	1,64	1,63	1,14	1,00
Liquidez imediata	$Disponibilidades/PC$	0,04	0,09	0,11	0,03

Quadro 3 – Índices de solvência

Liquidez geral $[(AC+ARLP)/(PC+PNC)]$: indica o quanto a empresa dispõe de bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, relacionando-os com tudo o que já assumiu como dívidas (a curto e a longo prazo). Em 2008 esse índice era 1,11 (um inteiro e onze centésimos), evidenciando que para cada R\$ 1,11 que receber, paga R\$ 1,00 e sobram R\$ 0,11. Enquanto que em 2011 o índice foi 0,50 (cinquenta centésimos), demonstrando que ao vender todos os seus bens e direitos realizáveis a empresa pagaria apenas 50% de suas obrigações totais. De acordo com Braga (1995) é de se esperar que este índice seja sempre superior a 1,0 (um), evidenciando uma folga na capacidade de solvência global. Entretanto apenas em 2008 tem-se um índice superior a 1,0 (um), e observa-se que com o passar dos períodos analisados os mesmos diminuem comprovando o mau desempenho financeiro da empresa. Isso se dá principalmente em virtude do significativo aumento das obrigações tributárias e empréstimos.

Liquidez corrente (AC/PC) : indica o quanto a empresa dispõe de bens e direitos realizáveis a curto prazo, relacionando-os com as dívidas a serem pagas no mesmo período. Em 2008 esse índice era 2,16 (dois inteiros e dezesseis centésimos), evidenciando que para cada R\$ 2,16 que receber paga R\$ 1,00 e sobram R\$ 1,16. Enquanto que em 2011 o índice foi 1,24 (um inteiro e vinte e quatro centésimos), demonstrando que, para cada real (R\$) de dívidas de curto prazo a empresa dispõe de R\$ 1,24 de bens e direitos de curto prazo, ou seja, ao negociar o ativo circulante na sua totalidade, para cada R\$1,24 que receber paga R\$ 1,00 e sobram R\$ 0,24. Observou-se que no decorrer dos períodos analisados o índice de liquidez corrente diminuiu, representando uma diminuição da folga financeira da empresa no curto prazo. A maior variação foi do ano 2009 para o ano 2010, onde o índice passou de 2,06 (dois inteiros e seis centésimos) para 1,38 (um inteiro e trinta e oito centésimos) como consequência do considerável aumento dos empréstimos e financiamentos exigíveis a curto prazo que passaram de R\$ 271.208,14 para R\$ 667.558,02, o que representou uma variação de 146,14%.

Liquidez seca $[(AC-\text{Estoque})/PC]$: indica o quanto a empresa dispõe de bens e direitos realizáveis a curto prazo, eliminando os estoques, comparando com as dívidas a serem pagas no mesmo período. Em 2008 esse índice era 1,64 (um inteiro e sessenta e quatro centésimos) e em 2011, 1,00 (um). Este quociente possui uma forte relação com o de Liquidez Corrente, e através dele observou-se que nos quatro períodos consecutivos analisados, tiveram-se valores iguais ou superiores a 1,00 (um), demonstrando que os estoques da empresa estão totalmente livres de dívidas com terceiros, ou seja, ao negociar o ativo circulante sem os estoques, a empresa paga as dívidas de curto prazo e resta o estoque livre de dívidas para a empresa

trabalhar. Todavia é importante observar que com o decorrer dos períodos este índice vem diminuindo progressivamente.

Liquidez imediata (Disponibilidades/PC): por intermédio desse índice evidencia-se quanto a empresa dispõe em dinheiro para pagar suas dívidas exigíveis em curto prazo. Em 2008 esse índice era 0,04 (quatro centésimos), indicando que, para cada real (R\$) de dívidas com terceiros de curto prazo, a empresa dispunha de R\$ 0,04 em dinheiro. Em 2011, último período analisado, o índice foi 0,03 (três centésimos). Quando o índice de liquidez imediata for muito alto, que não é o caso da empresa Xadrez Ltda., poderá estar evidenciando excesso de recursos parados no caixa ou baixo volume de dívidas a curto prazo, que segundo Braga (1995) representaria má gestão de recursos financeiros e do potencial de crédito da empresa.

4.3 Índice de cobertura

O índice de cobertura da empresa foi calculado e está demonstrado no Quadro 4.

Índice de cobertura	Fórmulas	2008	2009	2010	2011
Índice de cobertura	(LO+OR)/Desp financ	(2,28)	0,61	(2,17)	(2,14)

Quadro 4 – Índice de cobertura

O índice de cobertura avalia quantas vezes o lucro operacional juntamente com as receitas financeiras e outras receitas, cobrirá as despesas financeiras. Em 2008 o prejuízo operacional cobriu as despesas financeiras 2,28 vezes, já em 2009 o lucro operacional do período equiparou-se a 61% das despesas financeiras. Enquanto que em 2011, último exercício analisado, esse índice foi (-) 2,14 (dois inteiros e quatorze centésimos negativos), evidenciando que o prejuízo operacional correspondeu a 2,14 vezes as despesas financeiras do mesmo período. Dessa maneira, observou-se, considerando os extremos, que existiu uma variação equivalente a 6,14%.

4.4 Margens de Lucratividade das vendas

Os índices de lucratividade indicam ou representam a relação entre o rendimento obtido e o volume de vendas. Dessa maneira possuem por objetivo, analisar o rendimento obtido pela empresa em determinado período. Os índices de lucratividade das vendas da empresa foram calculados e estão demonstrados no Quadro 5.

Margens de lucratividade das vendas	Fórmulas	2008	2009	2010	2011
Margem bruta	$(LB/VD LIQ) \times 100$	34,42%	39,39%	30,31%	31,30%
Margem operacional	$(LOP/VD LIQ) \times 100$	(6,00%)	1,98%	(7,82%)	(9,30%)
Margem líquida	$(LLIQ/VD LIQ) \times 100$	(6,00%)	2,04%	(7,82%)	(9,30%)
Mark-up global	LB/CUSTOS VENDAS	0,52	0,65	0,43	0,46

Quadro 5 – Margens de lucratividade das vendas

Margem bruta $[(LB/VD LIQ) \times 100]$: Esse indicador evidencia a parcela remanescente da receita operacional líquida em percentual após a dedução dos custos dos produtos vendidos. Em 2008 o lucro bruto representava 34,42% das vendas líquidas, já em 2009 o percentual subiu para 39,39%, caracterizando-se como o período de melhor margem bruta. Enquanto que em 2011, último exercício analisado, o lucro bruto representou 31,30% das vendas líquidas. Assim, nota-se que com o passar dos períodos analisados, considerando os extremos, a margem bruta decresceu (piorou) 9,06% em relação ao primeiro ano analisado.

Margem operacional $[(LOP/VD LIQ) \times 100]$: Esse indicador evidencia a parcela remanescente da receita operacional líquida em percentual após a dedução de todos os custos e despesas operacionais. Em 2008 o prejuízo operacional representava 6,00% das vendas líquidas, já em 2009 o resultado foi positivo e o lucro operacional do período representou 1,98% das vendas líquidas. Enquanto que em 2011, último exercício analisado, esse quociente foi (-) 9,30%. Assim, notou-se que com o passar dos períodos analisados, considerando os extremos, a margem operacional declinou, pois o percentual do prejuízo operacional em relação à receita líquida aumentou passando de 6,00% para 9,30%, o que representa uma variação de 55%.

Margem líquida $[(LLIQ/VD LIQ) \times 100]$: Esse indicador evidencia a parcela remanescente da receita operacional líquida em percentual após a dedução de todos os custos e despesas e depois de considerado o resultado não operacional e a provisão para imposto de renda e contribuição social. Em 2008 o prejuízo líquido do período representava 6% das vendas líquidas, já em 2009 o resultado foi positivo e o lucro líquido do período representou 2,04% das vendas líquidas. Enquanto que em 2011, último exercício analisado, esse quociente foi (-) 9,30%. Assim, notou-se que com o passar dos períodos analisados, considerando os extremos, a margem líquida decresceu, pois o percentual do prejuízo líquido em relação a receita líquida aumentou passando de 6,00% para 9,30%.

Mark-up global (LB/CUSTOS VENDAS): O Mark-up global indica quanto que é colocado sobre o custo da mercadoria para se chegar ao preço de venda. Em 2008 foi 0,52 (cinquenta e dois centésimos) evidenciando que o lucro bruto equiparava-se a 52% dos custos

das vendas, já em 2009 o lucro bruto equiparou-se a 65% dos custos. Enquanto que em 2011, último período, esse indicador foi 0,46 (quarenta e seis centésimos), indicando que o lucro bruto correspondia a 46% dos custos. Assim, nota-se que com o passar dos períodos analisados, considerando os extremos, a margem Mark-up global decresceu 11,54% em relação ao primeiro período analisado.

4.5 Taxas de retorno

Taxas de retorno representam os indicadores que informam sobre a remuneração concedida aos recursos investidos na companhia. As taxas de retorno da empresa foram calculadas e estão demonstradas no Quadro 6.

Taxas de retorno	Fórmulas	2008	2009	2010	2011
Retorno sobre ativo operacional	$LOP/(AT-ATP)$	(0,16)	0,05	(0,22)	(0,26)
Retorno sobre o investimento total (ROI)	$LLIQ/AT$	(0,10)	0,03	(0,12)	(0,15)
Retorno sobre o capital próprio (ROE)	$LLIQ/PL$	(0,25)	0,08	(1,27)	1,24

Quadro 6 – Taxas de retorno

Retorno sobre o ativo operacional [$LOP/(AT-ATP)$]: Segundo Braga (1995) a taxa de Retorno sobre o ativo operacional indica a rentabilidade pura das operações básicas da empresa. Em 2008 o prejuízo operacional equiparava-se a 16% do ativo operacional, já em 2009 o lucro operacional do período equiparou-se a 5% do ativo operacional. Enquanto que em 2011, último exercício em análise, essa taxa foi (-) 0,26 (vinte e seis centésimos negativos) representando que o prejuízo operacional do período equiparou-se a 26% do ativo operacional do mesmo período. Assim, notou-se que com o passar dos períodos analisados, o retorno sobre o ativo operacional, considerando-se os extremos, piorou em 62,5% em relação ao primeiro ano analisado.

Retorno sobre o investimento total (ROI) ($LLIQ/AT$): A taxa de Retorno sobre o investimento total (ROI) é considerada uma medida de desempenho comparativo da empresa, medindo a rentabilidade final obtida sobre todos os recursos investidos na companhia. Em 2008 o prejuízo líquido do período equiparava-se a 10% da totalidade do ativo, já em 2009 o lucro líquido equiparou-se a 3% do ativo, se caracterizando como o ano de melhor taxa de retorno sobre o investimento total. Enquanto que em 2011, último exercício analisado, essa taxa foi (-) 0,15 (quinze centésimos negativos) representando que o prejuízo líquido do período equiparou-se a 15% do total do ativo. Assim notou-se que com o passar dos períodos

analisados, o retorno sobre o investimento total, considerando-se os extremos, decresceu em 50% em relação ao primeiro ano analisado.

Retorno sobre o capital próprio (ROE) (LLIQ/PL): A taxa de retorno sobre o capital próprio evidencia a rentabilidade que a empresa proporcionou aos recursos investidos pelos seus acionistas. Em 2008 o prejuízo líquido do período equiparava-se a 25% do Patrimônio Líquido (PL), já em 2009 o lucro líquido equiparou-se a 8% do PL. Enquanto que em 2011, último exercício analisado, a taxa foi 1,24 (um inteiro e vinte e quatro centésimos), representando que o prejuízo líquido do período superou em 24% a totalidade do PL, ressalta-se que o mesmo em 2011 passou a ser negativo. Assim, percebeu-se que a situação da empresa, à medida que o tempo passa, agrava. Com exceção do ano de 2009, a empresa apresenta prejuízos cada vez maiores, que tornaram o Patrimônio Líquido negativo em 2011.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Dmitruk (2004) a pesquisa traz uma contribuição inestimável para o trato dos problemas e processos que se configuram no dia-a-dia, nas mais diferentes atividades humanas: no mundo do trabalho, nas ações comunitárias, no processo de formação etc. Neste contexto os objetivos mostram onde se quer chegar com a pesquisa, deixando claro a contribuição que o trabalho visa atingir. Para tanto na introdução deste trabalho foram estabelecidos quatro objetivos a serem alcançados no decorrer da pesquisa e análise.

Em relação ao primeiro objetivo proposto, que consiste no levantamento das demonstrações financeiras da empresa do período de quatro anos, a saber, de 2008 a 2011, o mesmo foi alcançado. As demonstrações foram levantadas e se encontram dispostas nos anexos do trabalho.

Quanto ao segundo objetivo proposto, os indicadores econômicos no que tange a estrutura patrimonial, solvência e cobertura e financeiros no que tange a lucratividade das vendas e taxas de retorno da empresa, foram determinados e estão demonstrados em apêndice.

Os índices e indicadores calculados foram analisados, com o objetivo de verificar a situação da empresa nos diversos períodos, suas variações foram dispostas no quarto capítulo denominado análise de resultados.

Já, em relação à apresentação de informações e sugestões quanto ao desempenho financeiro da empresa no período estudado, com o intuito de manter o equilíbrio financeiro da instituição, serão apresentadas no decorrer do presente capítulo ideias e propostas que ao serem colocadas em prática poderão trazer benefícios para a instituição.

Xadrez Ltda. enfrenta uma série de dificuldades. Seu desempenho, demonstrado pelos cálculos dos indicadores de margens de lucratividade e taxas de retorno, está em declínio. Assim como sua liquidez que a cada período tem seu valor reduzido.

Esses problemas podem ser atribuídos aos valores elevados dos custos e despesas relacionados às receitas, assim como a autuações tributárias sofridas e a contratações de empréstimos e financiamentos em momento inoportuno, esses fatores em conjunto interferiram negativamente na saúde econômico-financeira da companhia.

Os valores elevados dos custos em relação às receitas podem ser atribuídos às poucas alternativas de fornecedores das matérias primas demandadas pela empresa e quanto às despesas elevadas, a utilização de um controle e acompanhamento pouco metódico. Esses problemas são evidenciados pelo montante dos custos e despesas dos períodos analisados,

cujos 75% dos mesmos, os custos e despesas acabaram por superar as receitas proporcionando resultados negativos.

No período analisado constatou-se a ocorrência de autuações tributárias, o que proporcionou o aumento do endividamento a curto e longo prazo, gerando um passivo tributário elevado e o comprometimento de parte dos recursos operacionais. As autuações tributárias geralmente são causadas pela imprudência e ousadia imputada aos administradores que delegam ou consentem com práticas que contrariam normas e princípios estabelecidos por leis e fiscalizados por órgãos como Receita Estadual e Receita Federal do Brasil. Estas práticas acabam por proporcionar autuações, que contribuem para o aumento das obrigações das instituições.

A contratação de empréstimos e financiamentos em momento inoportuno pode ter sido motivada pela ansiedade dos gestores em renovar maquinários das linhas de produção, de ter frota própria de caminhões para transporte dos produtos até clientes e veículos para representação comercial. Isto proporcionou expressivo aumento no passivo da companhia, dessa maneira, este fator em conjunto com as autuações tributárias proporcionou interferência diretamente na estrutura patrimonial da empresa e conseqüentemente na sua liquidez.

Em relação aos valores elevados dos custos e despesas relacionados às receitas, sugere-se que a empresa busque por formulações alternativas para seus produtos assim como por uma implementação de um sistema de avaliação, aprovação e autorização das despesas visando um maior controle sobre os seus gastos. Quanto às autuações tributárias sofridas aconselha-se que a empresa observe com atenção às exigências tributárias, e que no desempenho de suas atividades, atue de acordo com os princípios contábeis estabelecidos, caso contrario poderá estar comprometendo sua continuidade. Enquanto, no que tange às contratações de empréstimos e financiamentos em momento inoportuno, recomenda-se que a empresa continue pagando o que assumiu de compromisso, já que existe caixa para isso, e não realize mais nenhum financiamento até saldar boa parte de suas dívidas atuais.

Durante a execução do trabalho foram encontradas limitações, a primeira delas refere-se à abrangência do estudo, que aborda apenas uma empresa, devido à resistência por parte dos diretores das organizações em disponibilizar os demonstrativos para estudo e análise. A segunda limitação restringe-se ao fato da desconsideração dos fatores externos, ou seja, o que acontece fora da empresa, mas que pode de alguma forma afetá-la.

É válido salientar que a empresa objeto de estudo está operando sem usufruir dos benefícios proporcionados pela análise financeira com a utilização de indicadores econômico-financeiros, sendo oportuna a implementação desta ferramenta tão apreciada pelos analistas.

Assim, conclui-se que a análise ponderada e conjunta dos vários quocientes, aliada a outras informações paralelas, podem propiciar a localização dos fatores determinantes dos problemas da empresa, fornecer dados para que administradores, gerentes e executivos possam ter conhecimento da real situação econômico-financeira da companhia e contar, assim, com elementos objetivos para a correta e consciente tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm. Acesso em: 19 jul. 2012.
- BRASIL. Resolução CFC nº 686, de 14-12-90, publicada no DOU em 27-8-91 e alterada pela Resolução CFC no 847/99, de 16-6-99, publicada no DOU em 8-7-99. Alterada pela Resolução CFC nº 887, de 9-10-00. Dispõe sobre a alteração do item 3.5.1 da NBCT 3 - Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, aprovada pela Resolução nº 847, de 16-6-99. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**, Brasília: CFC, 2003. Disponível em: http://www.cfc.org.br/uparq/Normas_Brasileiras_de_Contabilidade.pdf. Acesso em: 22 set. 2012.
- DMITRUK, Hilda Beatriz. **Cadernos metodológicos: diretrizes do trabalho científico**. 6. ed. Chapecó: Argos, 2004.
- ELLET, William. **Manual de estudo de caso**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1980.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MATIAS, Alberto Borges. **Análise financeira fundamentalista de empresas**. São Paulo: Atlas, 2009.
- NEVES, S.; VICECONTI, P. E. V.; **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 13. ed. São Paulo: Frase Editora, 2004.
- REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SÁ, Antonio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, C.; BARROS, S. F.; **Estrutura e análise de balanços**. 1. ed. São Paulo: IOB-Thomson, 2005.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Demonstrações financeiras: abrindo a caixa-preta: como interpretar balanços para a concessão de empréstimos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: MDT**. 7. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

APÊNDICES

Apêndice A – Índices de desempenho econômico-financeiro

ÍNDICES DE DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO					
ÍNDICES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA					
		2008	2009	2010	2011
Índices de estrutura patrimonial					
Participação de capital de terceiros	(PC+PNC)/PL	1,40	1,64	9,68	(9,35)
Composição do endividamento	PC/(PC+PNC)	0,51	0,48	0,40	0,40
Endividamento geral	(PC+PNC)/AT	0,58	0,62	0,91	1,12
Imobilização de capital próprio	AP/PL	0,85	1,03	5,28	(3,72)
Imobilização dos recursos permanentes	AP/(PNC+PL)	0,51	0,56	0,78	0,80
Índices de solvência					
Liquidez geral	(AC+ANC)/(PC+PNC)	1,11	0,98	0,56	0,50
Liquidez corrente	AC/PC	2,16	2,06	1,38	1,24
Liquidez seca	(AC-Estoque)/PC	1,64	1,63	1,14	1,00
Liquidez imediata	Disponibilidades/PC	0,04	0,09	0,11	0,03
Índice de cobertura	(LO+OR)/Desp financ	(2,28)	0,61	(2,17)	(2,14)
ÍNDICES DA SITUAÇÃO ECONÔMICA					
		2008	2009	2010	2011
Margens de lucratividade das vendas					
Margem bruta	(LB/VD LIQ)X100	34,42%	39,39%	30,31%	31,30%
Margem operacional	(LOP/VD LIQ)X100	(6,00%)	1,98%	(7,82%)	(9,30%)
Margem líquida	(LLIQ/VD LIQ)X100	(6,00%)	2,04%	(7,82%)	(9,30%)
Mark-up global	LB/CUSTOS VENDAS	0,52	0,65	0,43	0,46
Taxas de retorno					
Retorno sobre ativo operacional	LOP/(AT-ATP)	(0,16)	0,05	(0,22)	(0,26)
Retorno sobre o investimento total (ROI)	LLIQ/AT	(0,10)	0,03	(0,12)	(0,15)
Retorno sobre o capital próprio (ROE)	LLIQ/PL	(0,25)	0,08	(1,27)	1,24

ANEXOS



Anexo A – Balanço Patrimonial 2008 e 2009

XADREZ LTDA					
CNPJ: 96.749.967/0001-57					
Endereço: Venancio Aires, 762 - Centro - Santa Maria – RS					
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM					
31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008					
Em Reais					
<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO</u> <u>LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	93.165,08	37.819,70	Fornecedores	345.428,02	385.648,03
Contas a receber de clientes	1.190.845,13	905.022,60	Salários e encargos sociais a pagar	122.714,56	82.719,82
Adiantamento a Fornecedores	204.095,16	113.482,15	Impostos e contribuições a recolher	272.980,95	110.009,16
Adiantamento a Empregados	669,22	1.536,45	Outras contas a pagar	500,00	8.692,35
Outros Adiantamentos	78.959,85	32.193,14	Empréstimos e Financiamentos	271.208,14	199.938,99
Estoques	446.604,21	462.624,79	Adiantamento de Clientes	29.480,72	94.711,04
Impostos a recuperar	114.345,05	156.712,42			
Despesas antecipadas	13.418,14	8.761,23			
Outras contas a receber	-	188.518,41			
Total do ativo circulante	<u>2.142.101,84</u>	<u>1.906.670,89</u>	Total do passivo circulante	<u>1.042.312,39</u>	<u>881.719,39</u>
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Realizável A Longo Prazo			Empréstimos de pessoal Ligadas	-	-
Outros créditos a Longo Prazo	-	2.584,19	Empréstimos e Financiamentos	446.785,78	450.322,88
Investimentos	5.800,00	4.299,25	Juros s/ Capital Próprio	17.461,32	17.461,32
Imobilizado	1.277.404,20	1.045.653,19	Leasing a Pagar – LP	252.439,82	-
Intangível	97.078,69	-	Encargos a Apropriar	36.207,63	-
			Obrigações Tributárias	390.750,29	373.288,97
Total do ativo não circulante	<u>1.380.282,89</u>	<u>1.052.536,63</u>	Total do passivo não circulante	<u>1.143.644,84</u>	<u>841.073,17</u>
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	1.443.000,00	1.443.000,00
			Reserva de Lucros		
			(-) Prejuízos Acumulados	(106.572,50)	(206.585,04)
			Total do patrimônio líquido	<u>1.336.427,50</u>	<u>1.236.414,96</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>3.522.384,73</u>	<u>2.959.207,52</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PL	<u>3.522.384,73</u>	<u>2.959.207,52</u>

Anexo B – Balanço Patrimonial 2010 e 2011

XADREZ LTDA					
CNPJ: 96.749.967/0001-57					
Endereço: Venancio Aires, 762 - Centro - Santa Maria – RS					
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM					
31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010					
Em Reais					
<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO</u> <u>LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	58.508,48	172.859,97	Fornecedores	471.130,56	440.953,81
Contas a receber de clientes	1.150.608,87	1.129.247,81	Salários e encargos sociais a pagar	123.369	158.945,02
Adiantamento a Fornecedores	206.548,26	195.619,52	Impostos e contribuições a recolher	293.984	271.941,64
Adiantamento a Empregados	15.749,80	-	Outras contas a pagar	38.484,94	37.998,51
Outros Adiantamentos	72.197,90	127.015,22	Empréstimos e Financiamentos	841.025,69	667.558,02
Estoques	441.576,26	381.669,67	Adiantamento de Clientes	19.393,95	1.250,76
Impostos a recuperar	118.967,37	87.973,04			
Despesas antecipadas	9.897,71	1.478,63			
Outras contas a receber	147.587,75	86.613,77			
	<hr/>	<hr/>		<hr/>	<hr/>
Total do ativo circulante	<u>2.221.642,40</u>	<u>2.182.477,63</u>	Total do passivo circulante	<u>1.787.388,67</u>	<u>1.578.647,76</u>
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
			Empréstimos de pessoal Ligadas	190.485,97	163.598,01
Realizável A Longo Prazo			Empréstimos e Financiamentos	1.084.315,16	1.157.762,94
Outros créditos a Longo Prazo	4.827,00	4.827,00	Juros s/ Capital Próprio	17.461,32	17.461,32
Investimentos	14.385,84	8.159,06	Leasing a Pagar – LP	63.334,81	109.522,98
Imobilizado	1.657.548,09	2.011.337,85	Encargos a Apropriar	(53.008,68)	(81.769,01)
Intangível	115.348,69	114.073,69	Obrigações Tributárias	1.404.318,18	971.263,06
				<hr/>	<hr/>
			Total do passivo não circulante	<u>2.706.906,76</u>	<u>2.337.839,30</u>
Total do ativo não circulante	<hr/> <u>1.792.109,62</u>	<hr/> <u>2.138.397,60</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	1.443.000,00	1.443.000,00
			Reserva de Lucros		
			(-) Prejuízos Acumulados	(1.923.543,41)	(1.038.611,83)
				<hr/>	<hr/>
			Total do patrimônio líquido	<u>(480.543,41)</u>	<u>404.388,17</u>
TOTAL DO ATIVO	<hr/> <u>4.013.752,02</u>	<hr/> <u>4.320.875,23</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PL	<hr/> <u>4.013.752,02</u>	<hr/> <u>4.320.875,23</u>

Anexo C – DRE 2008 e 2009

XADREZ LTDA		
CNPJ: 96.749.967/0001-57		
Endereço: Venâncio Aires, 762 - Centro - Santa Maria - RS		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO LEVANTADO EM		
31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008		
Em Reais		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Receita de vendas	7.525.785,67	7.105.798,79
Receita com serviços prestados	-	-
Total da receita bruta de vendas	7.525.785,67	7.105.798,79
Impostos sobre vendas e devoluções	(2.152.798,68)	(2.050.912,80)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	5.372.986,99	5.054.885,99
Custo dos produtos vendidos	(3.256.319,69)	(3.314.817,90)
LUCRO BRUTO	2.116.667,30	1.740.068,09
Despesas com Vendas/Transporte	(1.238.855,04)	(1.363.693,62)
Despesas Administrativas	(290.400,69)	(305.090,51)
Despesas com Pessoal	(297.797,41)	(260.962,36)
Outras Despesas	-	-
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	27.874,62
Despesas financeiras líquidas	(173.680,89)	(133.177,58)
Despesas Tributárias	(9.455,65)	(8.177,82)
Total das despesas operacionais – líquidas	(2.010.189,68)	(2.043.227,27)
RESULTADO OPERACIONAL	106.477,62	(303.159,18)
Resultado não operacional	32.975,22	-
LUCRO ANTES DO IR E DA CSLL	139.452,84	(303.159,18)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(29.908,74)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	109.544,10	(303.159,18)

Anexo D – DRE 2010 e 2011

XADREZ LTDA		
CNPJ: 96.749.967/0001-57		
Endereço: Venâncio Aires, 762 - Centro - Santa Maria - RS		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO LEVANTADO EM		
31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010		
Em Reais		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita de vendas	8.870.335,48	9.032.445,76
Receita com serviços prestados	-	-
Total da receita bruta de vendas	8.870.335,48	9.032.445,76
Impostos sobre vendas e devoluções	(2.440.189,34)	(2.454.207,44)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	6.430.146,14	6.578.238,32
Custo dos produtos vendidos	(4.417.488,55)	(4.584.270,32)
LUCRO BRUTO	2.012.657,59	1.993.968,00
Despesas com Vendas/Transporte	(1.525.132,14)	(1.443.963,75)
Despesas Administrativas	(255.606,22)	(273.067,36)
Despesas com Pessoal	(622.430,56)	(595.987,20)
Outras Despesas	(24.168,66)	(18.999,69)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	102.652,17	84.572,63
Despesas financeiras líquidas	(279.889,06)	(237.447,41)
Despesas Tributárias	(6.310,33)	(23.228,24)
Total das despesas operacionais – líquidas	(2.610.884,80)	(2.508.121,02)
RESULTADO OPERACIONAL	(598.227,21)	(514.153,02)
Resultado não operacional	-	-
LUCRO ANTES DO IR E DA CSLL	(598.227,21)	(514.153,02)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(598.227,21)	(514.153,02)